

Ofício Gabin/015/2009
Encaminha Projeto de Lei sobre Reajuste
Cabeceira Grande – MG, 10 de fevereiro de 2009.

Senhora Presidente,

Tenho a satisfação de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à elevada consideração dos ilustres Edis, o Projeto de Lei anexo, que **“Recompõe vencimento das tabelas do Quadro de Pessoal do Poder Executivo do Município de Cabeceira Grande (MG) e dá outras providências”**.

O projeto de lei apenso trata da revisão anual dos valores remuneratórios dos vencimentos dos cargos constantes do Plano de Cargos e Salários desta Prefeitura, em face da perda do poder aquisitivo da moeda no período entre Março de 2008 e janeiro deste ano conforme é assegurado pelo art. 37, IX, da Constituição Federal.

O impacto do reajuste para recomposição salarial foi devidamente programado na Lei Orçamentária para este exercício e proporciona um incremento da ordem de 6,66% sobre os vencimentos básicos para a maioria dos cargos com vencimento superior a R\$415, 00, constantes das tabelas do Plano de Cargos e Salários em vigor, correspondente a variação do INPC no período de 5,92% acrescido da reposição das perdas salariais remanescentes.

A doutrina e a jurisprudência pátrias são unânimes na afirmação de que a revisão anual da remuneração constitui direito líquido e certo dos servidores, consagrando o princípio constitucional de irredutibilidade dos salários provocado pela corrosão inflacionária que, mesmo indiretamente, causa a redução do poder aquisitivo dos salários, medida e apurada através da variação acumulada do INPC. E, tratando-se de mera reposição da perda do valor aquisitivo da moeda ou da reposição de perdas salariais anteriores, não constituem, a teor do disposto na LRF, em concessão de vantagem ou aumento dos gastos nas despesas de pessoal, dispensando-se a demonstração de seu impacto orçamentário e financeiro por não comprometer o limite estabelecido na LDO vigente para expansão destes gastos no presente exercício.

Há que se lembrar que a última revisão salarial foi autorizada pela Lei nº 270, de 17 de março de 2008, tendo recomposto a inflação acumulada no período de 11 meses decorridos entre maio de 2007 e Abril de 2008 e parte da defasagem salarial existente em 31.12.2004 e remanescente após o reajuste de 2007.

Com efeito, na revisão ocorrida em 2008, declarávamos que “... *para concretizar a recuperação, somamos a defasagem de 4,53% pré-existente, à inflação acumulada de 4,65% no último período e encontramos o índice de 9,18%;...*”. Entretanto, ainda remanesceu pequena fração desta perda, que se espera zerar definitivamente a partir deste reajuste.

Tenho consciência de que algumas categorias dos servidores públicos municipais consideram que seus vencimentos estão diminuídos em face da perda do poder aquisitivo da moeda, quando feita a comparação de sua evolução com a variação do salário mínimo dos últimos oito anos; entretanto, a corrosão inflacionária dos vencimentos deve ser medida pela variação anual do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, que é apurado mensalmente pelo IBGE e que afere mais adequadamente o poder de compra dos salários neste país.

Neste ano de 2009 o incremento do salário mínimo foi da ordem de 12%, com base nas regras firmadas em acordo com as centrais sindicais no ano de 2006, e considera o correspondente ao crescimento de 5,7% do Produto Interno Bruto (PIB) verificado em 2006, acrescido da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) em 2008, que foi de 6,3%, sendo que a data-base é reduzida de um mês a cada ano até alcançar Janeiro de 2010.

Em nosso município resolvemos acompanhar apenas a redução da data-base do salário mínimo, considerando que o crescimento real de ganhos do salário mínimo não pode ser considerado na revisão anual dos salários do serviço público, posto que pende de estudos prévios do impacto orçamentário e financeiro consoante determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal e deve ser concedido via de lei específica.

Com finalidade meramente comparativa elaboramos o quadro abaixo para demonstrar a variação do salário mínimo nos últimos nove anos, em relação à inflação ocorrida e aos reajustes concedidos para a tabela salarial vigente:

Fatores	em	em	em	em	em	em	em	em	em	em	Dife
Valor do Salário	151,	180,	200,	240,	260,	300,	350,	380,	415,	465,0	314,
Variação do Salário	Base	19,2	11,1	20,0	8,30	15,3	16,6	8,57	9,21	12,00	207,
Inflação anual –	Base	7,07	9,55	19,3	5,60	<u>6,61</u>	<u>3,34</u>	<u>3,30</u>	<u>5,20</u>	<u>5,92</u>	87,4
Base comparativa –	100,	107,	117,	140,	147,	157,	162,	168,	177,	187,4	+87,
Reajustes concedidos (%)	Base	0,00 %	0,00 %	25,5 7%	0,00 %	15,3 8%	7,00 %	3,83 %	9,21 %	6,66 %	+6,6 6%
Base comparativa – Reajustes (R\$)	100,00	100,00	100,00	125,57	125,57	144,88	155,03	160,96	175,78	187,48	0,00
	FIX A- GÃ	PERÍODO DE PERDA SALARIAL (ACUMULADOS)				PERÍODO DE RECUPERAÇÃO (MÊSES DESEMPENHADOS)				REPOSIÇÃO INTEGRAL	
PERDA MENSAL EM CADA CEM	0,00	7,07 %	17,3 0%	14,4 3%	22,2 7%	12,7 3%	7,85 %	7,29 %	1,22 %	0,00	0,00

Nota-se, pela análise do quadro, que a política nacional de recuperação do salário mínimo nestes nove últimos anos, aumentou seu valor real 207,94% acima da inflação, patamar de incremento muito superior ao crescimento das receitas desta ou de qualquer Prefeitura do país no mesmo período.

São estas as considerações que apresento para pleitear a aprovação do Projeto de Lei, aproveitando do ensejo para solicitar, nos termos regimentais, que sua tramitação se processe em regime de urgência.

Reiterando a Vossa Excelência e aos demais Edis os meus protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

Antônio Nazaré Santana Melo
Prefeito Municipal

Excelentíssima Senhora
Vereadora Elcana Vaz da Silva
Digníssima Presidente da Câmara Municipal
Nesta

ANEXOS À MENSAGEM
QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

<i>Denominação</i>	<i>Nº</i>	<i>Faixa Inicial</i>	<i>Jornada</i>	<i>Área de</i>
	<i>da</i>	<i>da</i>	<i>Semanal</i>	<i>Atuação</i>
Assistente Social	02	12	40 horas	Administrativa
Auxiliar Administrativo I	04	01	40 horas	Administrativa
Auxiliar Administrativo II	08	02	40 horas	Administrativa
Auxiliar Administrativo III	06	05	40 horas	Administrativa
Contador	02	11	40 horas	Administrativa
Engenheiro Civil	01	14	40 horas	Administrativa
Fiscal de Posturas e Obras	02	09	40 horas	Administrativa
Fiscal de Tributos	01	09	40 horas	Administrativa
Procurador	01	14	40 horas	Administrativa
Psicólogo	01	10	20 horas	Administrativa
Recepcionista/telefonista	01	02	40 horas	Administrativa
Técnico Agrícola	01	07	40 horas	Administrativa
Técnico em Contabilidade	01	08	40 horas	Administrativa
Vigia	18	01	44 horas	Administrativa
Auxiliar de Biblioteca	04	04	30 horas	Educacional
Auxiliar de Secretaria	08	04	30 horas	Educacional
Cantineira	12	01	40 horas	Educacional
Monitor de Creche	14	01	30 horas	Educacional
Professor PI	56	04	20 horas	Educacional
Professor PII	35	07-A	20 horas	Educacional
Regente Auxiliar de Ensino I (em	01	01	20 horas	Educacional
Secretário Escolar	02	07	40 horas	Educacional
Servente Escolar	37	01	30 horas	Educacional
Supervisor Escolar	02	09-A	40 horas	Educacional
Auxiliar de Serviços Gerais	17	01	44 horas	Operacional
Eletricista	01	07	44 horas	Operacional
Gari	02	01	44 horas	Operacional
Mecânico	01	07	44 horas	Operacional
Mestre de Ofício	03	04	44 horas	Operacional
Motorista	20	07	44 horas	Operacional
Operador de Máquina	02	07	44 horas	Operacional
Operário	31	01	44 horas	Operacional
Topógrafo	01	07	44 horas	Operacional
Agente Comunitário de Saúde	16	04	40 horas	Saúde
Agente de Vigilância Epidemiológica	06	04	40 horas	Saúde
Atendente de Consultório Dentário	02	05	40 horas	Saúde
Enfermeira	03	14	40 horas	Saúde
Farmacêutico	01	10	20 horas	Saúde
Fiscal Sanitário	02	09	40 horas	Saúde
Fisioterapeuta	02	11-A	30 horas	Saúde
Médico	04	15	20 horas	Saúde
Odontólogo	04	14	40 horas	Saúde
Técnico de Enfermagem	16	07	40 horas	Saúde
Técnico de Laboratório	01	07	40 horas	Saúde
Técnico em Higiene Dental	02	07	40 horas	Saúde
Técnico em Radiologia	04	07	24 horas	Saúde
Técnico Gessista	01	07	40 horas	Saúde
Quantidade de Cargos	362			

NOVA TABELA DE VENCIMENTOS DE CARGOS EFETIVOS

<i>SÍMBOLO / FAIXA</i>	<i>VALOR (R\$)</i>	<i>C/ REAJUSTE</i>	<i>COMPLEMENTO OU ARREDONDAMENTO</i>	<i>NOVO VALOR</i>
1	415,00	442,39	22,61	465,00
2	422,64	450,53	14,47	465,00
3	440,12	469,17	-0,17	469,00
4	528,14	563,00	0,00	563,00
5	544,96	580,93	0,07	581,00
6	569,00	606,55	0,45	607,00
7	614,86	655,44	-0,44	655,00
07-A (*)	682,79	727,85	0,15	728,00
8	885,70	944,16	-0,16	944,00
9	1.054,97	1.124,60	0,40	1.125,00
09-A	1.365,58	1.455,71	0,29	1.456,00
10	1.934,12	2.061,77	0,23	2.062,00
11	1.960,33	2.089,71	0,29	2.090,00
11-A	2.636,61	2.810,63	0,37	2.811,00
12	2.800,16	2.984,97	0,03	2.985,00
13	2.900,63	3.092,07	-0,07	3.092,00
14	3.515,49	3.747,51	0,49	3.748,00
15	5.669,12	6.043,28	-0,28	6.043,00

(*) Correspondente a 81 horas-aula mensais, ou R\$8,98 a hora-aula.

QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

SITUAÇÃO ATUAL		
<i>DENOMINAÇÃO</i>	<i>Nº. DE VAGAS</i>	<i>VENCIMENTO (SÍMBOLO)</i>
Administrador Distrital	01	C-04
Assessor Especial de Gabinete	01	C-07
Assessor Jurídico	02	C-05
Chefe de Gabinete	01	C-04
Coordenador de Creche	02	C-01
Diretor Escolar	02	C-04
Encarregado de Setor	10	C-03
Oficial de Gabinete	05	C-02
Procurador Geral do Município	01	C-07
Secretário Municipal	07	SUBSÍDIO
Vice-Diretor Escolar	02	C-03
Quantidade de Cargos	34	

NOVA TABELA DE VENCIMENTOS DE CARGOS EM COMISSÃO

<i>SÍMBOLO / FAIXA</i>	<i>VALOR (R\$)</i>	<i>C/ REAJUSTE</i>	<i>COMPLEMENTO OU ARREDONDAMENTO.</i>	<i>NOVO VALOR</i>
C – 01	703,32	749,74	0,26	750,00
C – 02	879,14	937,16	-0,16	937,00
C – 03	1.053,98	1.123,54	0,46	1.124,00
C – 04	1.494,00	1.592,60	0,40	1.593,00
C – 05	2.100,12	2.238,73	0,27	2.239,00
C – 06	2.900,63	3.092,07	-0,07	3.092,00
C – 07	3.691,31	3.934,94	0,06	3.935,00

PROJETO DE LEI Nº /2009.

**RECOMPÕE VENCIMENTOS DAS TABELAS DO
QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO DO
MUNICÍPIO DE CABECEIRA GRANDE (MG) E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE (MG)

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. São recompostos em 6,66% (seis inteiros e sessenta e seis décimos por cento), os vencimentos constantes das tabelas do Quadro de Pessoal dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Município de Cabeceira Grande – MG, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal.

Art. 2º. Após a aplicação do índice de reajuste, os vencimentos básicos dos servidores que permanecerem inferiores ao piso nacional de salário serão elevados àquele piso, para assegurar o disposto no inciso IV do art. 7º da Constituição Federal.

Art. 3º. Os valores resultantes da aplicação do índice de reajuste serão arredondados para o inteiro imediatamente inferior ou superior correspondente a fração menor ou maior que R\$0,50 centavos.

Art. 4º. O Poder Executivo expedirá os atos necessários à alteração das tabelas salariais relacionados com as modificações dos Quadros de Pessoal autorizados nesta lei, respeitados os princípios gerais aplicáveis.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2009.

Cabeceira Grande (MG), 10 de Fevereiro de 2009.

ANTÔNIO NAZARÉ SANTANA MELO
Prefeito Municipal